


A atuação da Fundação Lemann nos processos de privatização da educação

The Lemann Foundation's Acting in the Processes of Privatizing Education

La actuación de la Fundación Lemann en los procesos de privatización de la educación

*Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa¹
Gleyce Kelly dos Santos Leão²
Cibele Maria Lima Rodrigues³*

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17882>

Resumo: A partir das reflexões de Ball e Youdell, o presente artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos da atuação da Fundação Lemann no Brasil como parte dos processos de privatização (endógena e exógena) nas políticas educacionais. Seu discurso, alinhado às ideias neoliberais, está ancorado nos ideais de competição e meritocracia que também possuem relação com o neofuncionalismo, em um contexto de construção de uma vontade de verdade. Para análise, foram considerados os textos disponíveis na página online da Fundação no que se refere às políticas educacionais, nos anos de 2021 e 2022 considerados expressões públicas desse discurso. Como principais resultados, observamos que a lógica do privado aparece como suposto modelo de eficiência na gestão. Ao mesmo tempo, incute na educação pública o ethos liberal que tem por referência uma ontologia individualista que é substrato da economia capitalista, como alternativas a supostas lacunas do Estado.

Palavras-chave: Fundação Lemann. Privatização. Neoliberalismo.

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7522534004609953>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3025-0815>. Contato: ingridklebyane@gmail.com

² Fundação Joaquim Nabuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5510216691103433>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4774-9302>. Contato: gleyce.leao@fundaj.gov.br

³ Fundação Joaquim Nabuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7130114052014201> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4310-4216>. Contato: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

Abstract: Based on the reflections of Ball and Youdell, this article aims to present some aspects of the Lemann Foundation's activities in Brazil as part of the privatization processes (endogenous and exogenous) in educational policies. His speech, aligned with neoliberal ideas, is anchored in the ideals of competition and meritocracy that are also related to neofunctionalism, in a context of construction of a will to truth. For analysis, the texts available on the Foundation's online page regarding educational policies were considered, in the years 2021 and 2022 considered public expressions of this discourse. As main results, we observed that the logic of the private sector appears as a supposed model of efficiency in management. At the same time, it instills in public education the liberal ethos that has as its reference an individualist ontology that is the substrate of the capitalist economy, as alternatives to supposed gaps in the State.

Keywords: Lemann Foundation. Privatization. Neoliberalism.

Resumen: A partir de las reflexiones de Ball y Youdell, este artículo tiene como objetivo presentar algunos aspectos de las actividades de la Fundación Lemann en Brasil como parte de los procesos de privatización (endógena y exógena) de las políticas educativas. Su discurso, alineado con las ideas neoliberales, está anclado en los ideales de competencia y meritocracia que también se relacionan con el neofuncionalismo, en un contexto de construcción de voluntad de verdad. Para el análisis se consideraron los textos disponibles en la página en línea de la Fundación sobre políticas educativas, en los años 2021 y 2022 considerados expresiones públicas de este discurso. Como principales resultados, observamos que la lógica privada aparece como un supuesto modelo de eficiencia en la gestión. Al mismo tiempo, inculca en la educación pública el ethos liberal que tiene como referente una ontología individualista que es sustrato de la economía capitalista, como alternativas a supuestas brechas en el Estado.

Palabras clave: Fundación Lemann. Privatización. Neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no debate acerca dos processos de privatização da educação pública, a partir da atuação da Fundação Lemann no Brasil e a análise documental de textos de sua página virtual. A referida instituição está dentre aquelas que têm participação nas políticas, sobretudo no que vem sendo chamado de *filantropocapitalismo*. Refere-se à atuação de instituições aparentemente filantrópicas, mas que estão diretamente ligadas a grandes grupos empresariais. Elas se apresentam oferecendo ganhos, em contrapartida, as obras beneficiadas passam a assumir o *ethos* da economia capitalista como alternativas a supostas lacunas do Estado (BALL; YOUDELL, 2008). Representante desse tipo de atuação, a referida Fundação possui um amplo poder político e econômico, inclusive no contexto atual do governo Lula (2023-2026).

Essa forma de privatização tem se intensificado no Brasil e contraria o discurso da Educação como *direito e dever* do Estado no sentido de estabelecer a educação como mercadoria e ainda por difundir o discurso do capitalismo neoliberal. Ela é parte do contexto privatista que influencia globalmente as políticas educacionais e teve maior crescimento na América Latina (VERGER; PARCERISA; FONTDEVILLA, 2017). Essa mesma região passou pelo processo de colonialidade, em que, segundo Aníbal Quijano (2005), o Estado foi criado sem participação da sociedade civil, excluindo a maior parte da população dos



direitos sociais - constituída por descendentes dos povos originários e africanos que foram submetidos à condição de escravidão.

De forma contraditória, no Brasil, essas transformações ocorreram após a educação ser reconhecida como direito, na Constituição de 1988, depois de longos anos de ditadura militar (1964-1987)⁴. Esse reconhecimento foi fruto da luta dos movimentos sociais e sindicais e representou um ponto de partida para que se efetivasse na prática, considerando que os governos militares ditatoriais eram contrários ao ideário do direito à educação, além das grandes atrocidades cometidas contra os direitos políticos.

A despeito de não termos completado nossa República (no sentido ocidental do termo) e dos direitos e cidadania, foram se instalando as chamadas reformas neoliberais em contexto de profundas desigualdades. Esse ideário se consolidou com a Reforma do Estado proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a tônica da privatização travestida de um discurso de “eficiência” e controle de “gastos estatais”, atingindo de forma transversal todas as políticas sociais, sobretudo. Tais reformas, no campo educacional, ficaram conhecidas como *Movimento de Reforma Educacional Global (GERM)* (VERGER, MOSCHETTI, FONTDEVILA, 2017), estabelecendo uma trama complexa que atravessa, de forma diferenciada, as políticas nacionais e locais, com a influência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial. Incluindo o que foi chamado de Nova Gestão Pública e o estabelecimento de sistemas padronizados de avaliação como “referência” para as políticas. Como apontam Cibele Rodrigues, Karla Almeida, Patrícia Simões (2022), no campo da educação infantil é possível identificar resistências. Muito embora ainda existam diversas formas de resistência (RODRIGUES, 2020) essa lógica predomina em governos de direita e de esquerda (RODRIGUES, 2013).

Nesse ínterim, inserem-se os processos de privatização da oferta dos serviços públicos que propiciam que as empresas ou organizações “filantrópicas” possam difundir seu ideário, o que foi denominado por Ball e Youdell (2008) como um processo endógeno. Ao mesmo tempo, as empresas privadas criaram um mercado no qual a educação é uma mercadoria, inclusive com subsetores diferenciados e especializados. Essa é a chamada privatização exógena que avança de forma extensiva e diversa, na qual as empresas participam de maneira generalizada ou se especializam em alguns setores (BALL; YOUDELL, 2008, p. 33).

⁴ A ditadura militar brasileira (1964-1987) negou o direito à educação e aprofundou brutalmente as desigualdades sociais, além das violações dos direitos humanos de uma forma geral que deixaram diversas consequências na educação. Raquel Sosa Elizaga (2012) destaca como a perseguição de intelectuais que defendiam a democracia causou enormes prejuízos ao pensamento crítico, influenciando no saber produzido na América Latina.



Sendo assim, nosso argumento vai no sentido de mostrar como esses processos de privatização (levados a cabo por entidades como a Lemann) estão vinculados à difusão do discurso que naturaliza a meritocracia, a competição e o individualismo. Essa concepção já estava na base da ontologia do liberalismo, da concepção de Adam Smith do *homo economicus*, fundamenta a ideia do mercado livre (SMITH *apud* CARNOY, 1988). Ela tem correspondência nas teses do neofuncionalismo sobre a estratificação social (DAVIS E MOORE, 1979), como iremos explicar na próxima parte desse texto.

A partir de tal contexto, a política educacional passa a sofrer transformações em termos de currículo e de gestão, de forma contraditória, pois ao mesmo tempo que se amplia o acesso à educação, vão se sedimentando as reformas neoliberais. No caso do Brasil, o discurso da democratização coexiste com o novo modelo de gestão que se diz norteado pelos princípios de eficiência, eficácia e qualidade do serviço que soluciona a suposta ineficiência da gestão pública (BALL, 2001), mas que ao final está calcado nessa concepção neoliberal.

Essa Nova Gestão Pública foi mais aprofundada com a Reforma levada a cabo por Fernando Henrique Cardoso, sedimentando seu discurso em diversos dispositivos. No caso da educação, vai se instituindo o ideário da performatividade, individualismo e produtividade, cujo objetivo é naturalizar o modelo de subjetivação empresarial tornando cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado (ANDRADE, 2019). Esse discurso é constituído de forma institucional nas políticas e reforçado na atuação da Fundação Lemann - em anos posteriores.

A partir dos pressupostos teóricos enunciados, o caminho metodológico traçado pelo presente trabalho propõe analisar a expressão pública do discurso da Fundação Lemann, a partir de levantamentos no *portal online* da Fundação⁵ no ano de 2022.

O site observado é um espaço condensado que enuncia muitas informações, sendo algumas muito resumidas e outras que foram sendo retiradas de circulação ainda no processo de construção dos dados. Considerando os objetivos da pesquisa, optamos por nos concentrarmos no eixo “*políticas educacionais*”, especificamente no tópico “*Em Pauta*”. Assim, foram selecionadas dez notícias, publicadas entre 2021 e 2022 que expressam, em certa medida, as concepções relativas à política disseminadas pelo portal.

Em suma, o artigo está dividido em três partes: a primeira seção desenvolve uma discussão teórica que busca correlacionar neoliberalismo, privatização e educação, de

⁵ Portal da Fundação Lemann, Link: Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br). Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.



modo a situar historicamente tais conceitos; a segunda parte discute a construção do discurso meritocrático e seus entrelaçamentos com o nascimento e a consolidação da Fundação Lemann; e, por fim, a terceira seção apresenta uma análise do discurso dos documentos disseminados *online* pela Fundação e que versam sobre a política.

2 EDUCAÇÃO, NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÃO

Como apontado anteriormente, na construção do discurso neoliberal na educação, a Fundação Lemann atua no *filantropocapitalismo*. Em outras palavras, ela se identifica por ter uma atuação filantrópica, mas que, de fato, é um meio para a difusão do imaginário capitalista (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022). Na prática, expressa uma das contradições do discurso neoliberal, que defende a separação entre mercado e Estado, mas, nesse caso, trata-se da interferência direta do setor privado nas políticas públicas. Além disso, inclui a transferência de recursos públicos para empresas privadas para a prestação de serviços de gestão, formação docente, dentre outros.

Nesse íterim, ao prestar esses serviços ou realizarem convênios e parcerias, podem obter lucros e difundir seu ideário, simultaneamente. Mais especificamente, Theresa Adrião (2018) destaca que essa difusão se materializa nas dimensões da gestão, e na construção dos currículos.

Para melhor compreender essa atuação é necessário compreender o contexto sócio-histórico no qual emerge o neoliberalismo. A famosa *Sociedade de Mont Pélerin* (no contexto do pós-guerra) - composta por nomes como Friedrich Hayek, Karl Popper e Milton Friedman - foi uma das responsáveis por gestar um outro tipo de capitalismo, sob a égide do discurso do Estado mínimo em contraposição ao Estado de Bem-Estar Social, que tinha certa hegemonia no mundo capitalista ocidental. A tese defendida é a do *livre mercado*, que trata as intervenções como ameaças latentes à liberdade econômica, social e política. Para tanto, propõe ainda a focalização das políticas sociais e a diminuição dos seus recursos que passam a ser vistos como “gastos” e não como investimentos em capital humano, como outras versões do discurso capitalista (ANDERSON, 1995).

Esse discurso neoliberal emerge na brecha de uma recessão econômica e da crise do modelo estatal de bem-estar, principalmente na Europa e na América do Norte, como a melhor alternativa. Assim, uma combinação de instabilidades abre as brechas para a radicalização das ideias neoliberais, que se consolidam principalmente a partir dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e, posteriormente, de Ronald Reagan nos Estados Unidos.



Na América Latina, as ideias neoliberais adentram com absoluta força em contextos de ditadura, como foi o caso do Chile, impuseram um modelo privatista da educação (ANDERSON, 1995). Nesse jogo de forças, o neoliberalismo consolidou-se como grande organismo regulador biopolítico da sociedade contemporânea (FOUCAULT, 2008; 2016). Para tanto, as transformações se deram em diversas instituições, sobretudo, no *modus operandi* do Estado, influenciando a própria concepção de direito e a formulação das políticas que vão aprofundando o caráter focalizado. Essa lógica tem das políticas para deixar os pobres o “menos mal possível” (Marx e Engels *apud* Lefebvre, 1999)⁶.

Para Marx (1995), mesmo as políticas sociais na perspectiva republicana tentam sanar parcialmente as contradições inerentes ao sistema, garantindo apenas uma emancipação parcial, afinal a pobreza também é constitutiva do sistema. No caso do Brasil e da América Latina, essas reformas chegam em contextos que nem a emancipação parcial logramos obter, visto que o processo de colonização gerou um Estado sem sociedade, uma exclusão inerente e funcional ao sistema capitalista (Quijano, 2005). No caso da educação, nem mesmo a gradual inclusão dos pobres no sistema escolar não garantiu o direito à educação (GENTILI, 2009).

Ao propor o Estado mínimo fragiliza o discurso do Estado republicano. Como consequência, o Estado se afasta do objetivo de garantir direitos sociais e dignidade humana, passando a ter apenas o papel de estabelecer políticas para diminuir, de forma pontual, as desigualdades sociais. Tais políticas devem ser orientadas pela livre concorrência, competição e eficiência, admitindo que a privatização é o melhor caminho (GENTILI, 1996). Do ponto de vista do argumento, estabelece-se um discurso de que o Estado não tem capacidade de prover os serviços públicos com a qualidade que o livre mercado poderia oferecer. Além disso, os investimentos estatais em políticas sociais são rotulados como gastos desnecessários.

Dessa forma, ao longo dos anos 1990, houve grande investimento em mídia para convencer a opinião pública dessa falácia. Essa ideia é incutida no senso comum e se apresenta como uma realidade inexorável. A alta difusão desse ideário enfraqueceu, inclusive, a luta por direitos.

No esteio das mudanças neoliberais, diversas reformas gerenciais foram feitas sob o discurso de melhoria da eficiência na gestão. A solução sempre se direcionou para diminuir a interferência estatal e aumentar a livre escolha e a concorrência. Essas reformas

⁶ Marx e Engels usam o termo para analisar as políticas de habitação para operários na Alemanha de Bismarck (1872) (Lefebvre, 1999, p. 116).



políticas e sociais das décadas seguintes possibilitaram a consolidação do neoliberalismo como o grande princípio orientador da sociedade contemporânea.

É nesse ponto que o neoliberalismo se encontra com as políticas educacionais, uma vez que, como política social, a educação também passa a ser vista como gasto e como problema individual. A própria teoria do capital humano se desenvolve na perspectiva do individualismo metodológico. A formação do capital é vista como uma decisão individual, considerando que o trabalhador é capital de si mesmo, vendedor de serviços e deve se adaptar aos objetivos da empresa (SAUL, 2004). Em outras palavras, o indivíduo deve investir em seu próprio capital para obter os ganhos merecidos (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021).

Além disso, Stephen Ball (2001) aponta para a produção de um novo paradigma educacional que se constitui a partir de três eixos orientadores: mercado, gestão e performatividade. Isso implica em um pacote de reformas norteadas pela cultura do desempenho e pela interseção entre o setor público e o setor privado, ou seja, a privatização da educação pública. Ball e Youdell (2008) interpretam o fenômeno da privatização a partir de duas dimensões: exógena e endógena.

A privatização exógena corresponde à abertura do setor público para a participação do setor privado, por meio de parcerias ou ações filantrópicas. A privatização endógena, por sua vez, trata da “privatização na educação”. Nessa modalidade, são importadas ideias e práticas da lógica empresarial privada para a gestão da escola pública. Portanto, não se trata apenas de obter lucros e transformar a escola em um negócio, mas, sobretudo, de promover uma mudança cultural de adaptação às transformações no capitalismo (GENTILI, 1996).

Por um lado, os atores privados visam o lucro e difundem seus códigos culturais por meio de propostas curriculares. Por outro lado, a educação é tratada como mercadoria e inserida no mercado global, com a oferta de produtos e serviços. E ainda, esses atores também influenciam na elaboração das políticas educacionais ao propor soluções de mercado como a única alternativa para as problemáticas educacionais.

A privatização endógena se expressa no chamado Movimento de Reforma Educacional Global (GERM), por meio de um conjunto de parcerias e alianças que ampliam seu poder. Trata-se de um modo de gestão — a Nova Gestão Pública (NGP) — que reforça os valores do mercado, como a competição e a bonificação, na administração da escola e no trabalho dos professores. Ambas acontecem de forma simultânea; essa divisão é apenas heurística. Ao atuar na venda de propostas curriculares, em conjunto com a venda



de insumos como livros didáticos e tecnologias educacionais, abrangem também questões endógenas.

En otras palabras, la privatización exógena es extensiva y muy diversa, y el mercado educativo en el que participan las empresas privadas constituye en realidad una serie de subsectores a menudo diferenciados y especializados, en los que algunas sociedades participan de manera generalizada y otras se especializan sólo en unos pocos (véase Ball, 2007) (BALL y YOUDELL, 2008, p. 33)

Nesse contexto, o *filantropocapitalismo* funciona como a capitalização e mercadorização também das filantropias que passam a ressaltar o potencial de lucro que pode ser gerado ao se *investir* em determinadas causas.

Los patrocinadores confían en que sus “donaciones” les aporten “beneficios”. Se trata de lo que algunas veces se ha denominado “Filantropocapitalismo” (The Economist, febrero de 2006), a saber, la idea de que las obras de beneficencia deben empezar a parecerse a una economía capitalista en la que los benefactores se convierten en consumidores de inversiones sociales. (BALL y YOUDELL, 2008, p. 49)

Diante disso, podemos afirmar que há uma formação discursiva que cria uma narrativa de que a educação pública precisa da iniciativa privada para superar seus déficits. A prática se concretiza no modelo de gestão por resultado materializado nos modelos de avaliações e com uma perspectiva curricular que influencia as subjetividades na comunidade escolar (CROSO E MAGALHÃES, 2016).

Nesse sentido, é plausível que as mudanças para uma perspectiva neoliberal deveriam também ser acompanhadas de mudanças curriculares e no funcionamento da máquina estatal, para como, argumenta Foucault, criar as condições de possibilidade do discurso se legitimar. O termo discurso não se refere apenas ao ato comunicativo produzido por variedades linguísticas pela qual os sujeitos se expressam, mas as condições de possibilidade de um texto (falado ou escrito) existir, ou seja, condições que tornam possível a construção sob as quais certos argumentos são construídos para se tornar verdade (DIJK, 2012).

Os discursos também englobam as práticas submetidas a regras de formação (de objetos, tipos de enunciação, conceitos e estratégias) delimitadas ao longo da história formal, que representa o recorte de uma realidade por meio de uma verdade imperativa que domina cada época, isolando, agrupando e tornando pertinente conhecimentos e verdades seletivas (FOUCAULT, 2014). A produção de discurso implica na produção de saberes e de instituições de poder que legitimem os argumentos defendidos, que apaguem suas historicidade para que pareçam ser verdadeiros, e, como afirma o autor, crie *vontades de verdade*.



Nesse diapasão, não é por acaso que o neofuncionalismo, liderado por Talcott Parsons nos Estados Unidos, também surgindo no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, possui afinidades com o neoliberalismo e a teoria do capital humano com o individualismo (SAUL, 2004). As explicações de Parsons reforçam o individualismo e a competição como constitutivas da ontologia, reforçando teses que já estavam presentes no liberalismo e no darwinismo social. Para Adam Smith (*apud* CARNOY, 1988), a competição é o estado natural da condição humana e o egoísmo o impulso básico do mercado, tornando sem sentido o planejamento do bem comum. Embora critique a perspectiva da ontologia egoísta de Darwin, Parsons (2010) explica que a integração às normas sociais se estabelece por mecanismos de coerção, mas também pela adaptação dos indivíduos aos papéis sociais, que são definidos e permeados por mecanismos de motivação para cumprir regras sociais - sendo funcional ao capitalismo.

O sistema de ação proposto por Parsons é bastante complexo (mereceria maiores detalhamentos), mas chama atenção que na sua explicação aparece o *Sistema de Adaptação* no qual o indivíduo está orientado à consecução de Metas, a partir de uma articulação com mecanismos de integração e socialização.

Nesse sentido, seus discípulos, Davis e Moore (1979) vão tratar de um aspecto relevante no discurso da Nova Gestão Pública que é a criação de sistema competitivo com incentivos e recompensas como parte da explicação da estratificação social - legitimando a meritocracia. Eles partem do pressuposto de que a desigualdade social é natural, e, portanto, cada sociedade deve ter seu sistema de estratificação que propicie distribuir seus membros em posições diferenciadas. As recompensas e sua distribuição tornam-se uma parte da ordem social e as diferenças originam o sistema de estratificação. Essa construção teórica está na base das políticas salariais de bonificação da Nova Gestão Pública e disseminada de forma geral, em outras palavras, naturalizando a perspectiva meritocrática.

Além disso, deve induzir os indivíduos a executar os deveres por meio de um sistema que desperte o desejo (incentivos) e que ofereça algum tipo de recompensa (que pode ser em termos de conforto, diversão, prestígio). As recompensas são "direitos" de cada "posição" e possuem conexões com os deveres delas, mas que podem ser de considerável importância para induzir as pessoas a buscá-las e cumprir os deveres essenciais. Segundo ele, um sistema competitivo, ainda que voltado à motivação.

Um sistema competitivo dá maior importância à motivação para adquirir posições, enquanto um sistema não competitivo dá talvez maior importância à motivação para executar os deveres inerentes às posições, mas em qualquer sistema são exigidos ambos os tipos de motivação (...) Inevitavelmente, então, uma sociedade deve ter, em primeiro lugar, alguma espécie de recompensa que possa usar como incentivo,



e em segundo alguma maneira de distribuí-la diferencialmente de acordo com as posições. As recompensas e sua distribuição tornam-se uma parte da ordem social, e assim dão origem à estratificação. (DAVIS; MOORE, 1979, p. 116)

Assim, constituem uma teoria para legitimar a meritocracia, partindo do pressuposto que as posições mais importantes devem ser ocupadas pelas pessoas mais qualificadas - naturalizando a competição. Dessa forma, volta à ontologia de Adam Smith, sobretudo, ao afirmarem que o sistema competitivo motiva os indivíduos para adquirir posições. Assim, reforçam a produção de um saber, no sentido usado por Foucault, que vai se constituindo como o arcabouço teórico das reformas neoliberais na educação. E, nesse sentido, essa construção valoriza a performatividade como parte constitutiva das políticas (BALL, 2002).

Baseados na mesma ontologia do liberalismo, os autores defendem que cada sociedade distribui de forma diferenciada as posições, remunerando mais as que forem consideradas mais importantes. Nessa diáspora, sociedades igualitárias devem oferecer incentivos e recompensas para que as pessoas desejem fazer o melhor. Assim, a lógica de uma ontologia individual e competitiva atravessa as políticas educacionais nas dimensões de poder, saber e ser - assim como enuncia Foucault (2014). As políticas são atravessadas pelas relações de poder, mas também na produção do saber (conhecimento) e, conseqüentemente, nas produções de subjetividades (biopolítica).

Esse discurso é criticado por diversos autores, destacando-se o campo Marxista, mas também, por exemplo, a teoria da Dádiva (CAILLÉ, 2002) que enfatiza os laços de solidariedade. Essas perspectivas constroem, de diversos pontos de partida, críticas profundas à ontologia liberal. No campo educacional, a educação popular, notadamente a obra de Paulo Freire (2005) tem sido levada a cabo por movimentos sociais como resistência a esse discurso neoliberal.

3 A GÊNESE DA FUNDAÇÃO LEMANN E O DISCURSO MERITOCRÁTICO

Com base na discussão anteriormente proposta, identificamos a Fundação Lemann como uma representante desse discurso filantropocapitalista. Os pilares da eficiência, desempenho e rendimento fazem parte da sua apresentação. Jorge Paulo Lemann começou o seu império em 1971, quando comprou, junto com Marcel Telles e Beto Sicupira, o Banco Garantia, a partir desse momento o trio ficou conhecido como o triunvirato dos negócios. Atualmente o empresário é o líder do Grupo 3G Capital que controla empresas como a Ambev, Lojas Americanas, Submarino e Amazon. Como um dos maiores defensores do livre mercado, Lemann toma como discurso o gerenciamento



por resultados e formação de lideranças.

Em suas empresas, utiliza o método do Sistema de Remuneração Variável, que corresponde a um sistema de remuneração vinculado ao desempenho, vista como uma recompensa paga pelos resultados para aqueles que se destacam. Com esse método o empresário busca selecionar os melhores a partir do melhor desempenho, prometendo retorno financeiro e sucesso profissional (ALVES, 2019). Esse é o discurso produzido no bojo do neoliberalismo e articulado às proposições do Neofuncionalismo (DAVIS E MOORE, 1979) que é difundido no senso comum. Lemann reforça a tese dos autores, ao afirmar que os empregos mais difíceis são mais necessários, requerem mais habilidades e merecem mais recompensas para motivar os indivíduos a ocupá-los.

Nesse sentido, não se contentando em agir apenas como empresário, Lemann também criou a Fundação com o mesmo sentido de filantropia para atuar na educação (política) e na formação de lideranças (intelectuais) - de uma forma semelhante ao que Gramsci (1982) trata como os intelectuais tradicionais.

uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Atuamos em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, duas frentes capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais. Apostamos em dois momentos importantes da mesma trajetória: pessoas com formação educacional de qualidade que podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país (Fundação Lemann, 2022)⁷.

Para a formação dessas lideranças, criou um sistema de incentivos e recompensas (nas palavras de Davis e Moore) para formação de jovens, com o objetivo de difusão do discurso neoliberal, muito embora no texto apareça as questões de justiça e desenvolvimento. Criou um sistema de bolsas no que se atribui as melhores universidades do mundo: Harvard, Columbia, Stanford e de Oxford, Teachers College.

A Fundação segue financiando estudantes e projetos em todo o campo da educação como base nos discursos de inovação e gestão de lideranças. Todavia, cabe destacar que esse patrocínio é dado com algumas ressalvas, não basta apenas se destacar, o Programa é Lemann Fellowship. E os Lemann Fellows, como são conhecidos seus bolsistas, devem desenvolver pesquisas relacionadas a algum problema social brasileiro, dentro da perspectiva do discurso neoliberal (OLIVEIRA, 2021).

Nesse íterim, a Lemann desenvolve alguns programas, como por exemplo o ProLíder que é um programa gratuito de formação de lideranças que consiste em discutir

⁷ Link de acesso: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>



o cenário atual brasileiro, junto a grandes referências, com o principal objetivo de criar negócios de transformação que contribuam para o desenvolvimento do Brasil. Outra iniciativa é o Programa Ensina Brasil, voltado para o desenvolvimento de lideranças que, pela prática docente, aprofundam-se em problemas complexos, conhecendo-os de perto e sendo capazes de intervir e impactar positivamente na sociedade.

Também possui o programa chamado Alcance que tem como objetivo promover a equidade racial e econômica no acesso a mestrado profissional. A Fundação Lemann, por meio dos parceiros Instituto Singularidades, Albert Einstein, Faculdade Getúlio Vargas e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, custeia bolsas destinadas a estudantes negros de baixa renda da rede pública. Assumindo também o discurso da redução das desigualdades.

E ainda, para difusão das suas ideias, fomenta diversos eventos que acontecem no Brasil e em outros países, com a presença de políticos e estudantes.

Fomentamos a realização de eventos e seminários que coloquem em pauta discussões importantes sobre o país e contem com especialistas e tomadores de decisão do Brasil e do mundo como a Brazil Conference at Harvard & MIT, organizada por estudantes brasileiros nos campi dessas universidades, e Lemann Dialogue, que em 2023 aconteceu na universidade de Illinois (Fundação Lemann, 2024)⁸.

Recentemente, foi criada uma Cátedra Fundação Lemann no Insper - instituição sediada em São Paulo, também se apresenta como sem fins lucrativos e também atua em educação (com cursos de graduação e pós-graduação) e pesquisas nas áreas de Administração, Economia, Direito, Engenharia, Políticas Públicas e Comunicação.

Segundo os dados da página virtual da Lemann, já existe uma rede com 698 lideranças que atuam nos setores público e privado, sendo 80% no Brasil. Com o objetivo claro de influenciar a política, a Fundação Lemann também incentiva a inserção no campo político, dentre elas, destaca-se a deputada Tábata Amaral, atualmente filiada ao PSB, conhecida como ativista da educação, mas que, por exemplo, votou contra os direitos trabalhistas na última reforma.

A Fundação, por meio de sua ONG MegaEdu, tem feito parcerias com o Ministério da Educação. Através dela, passou a compor o Ministério da Comunicação e participar das decisões quanto aos recursos destinados à promoção de tecnologias para estudantes da rede pública. A Lemann também tem atuado nas secretarias de educação de todo o país por meio do Programa Formar e Programa Viva⁹. Ambos programas são

⁸ Link de acesso: <https://fundacaolemann.org.br/liderancas-sociais/universidades-parceiras>

⁹ Link de acesso: <https://fundacaolemann.org.br/voce/governo>



desenvolvidos nas escolas da rede pública com o objetivo de aplicar práticas de gestão para um aperfeiçoamento de práticas pedagógicas e atuação dos professores. Fornecendo conteúdos informativos e formativos para as escolas.

Todavia, a Fundação Lemann não atua sozinha, como demonstração da sua rede de alianças e poder, sua página aponta alguns dos seus parceiros que são agentes ativos na privatização da educação (Quadro 1) - articulados no Movimento Todos pela Educação. Criaram também o Movimento pela Base Nacional Comum no qual foi articulação para atuarem ativamente na formulação da da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É relevante o fato da BNCC ter sido imposta no governo golpista de Michel Temer¹⁰, tendo Mendonça Filho como ministro da Educação. O fato se torna ainda ilustrativo quando o referido ex-ministro, após sair do MEC, tornou-se consultor da Fundação Lemann e passou a fazer parte do time seletivo de figuras políticas que agora integram o grupo de consultores seniores¹¹ (ALVES, 2019, p. 177). A Fundação tem atuação destacada em tais movimentos políticos.

A Fundação Lemann é secretária-executiva do Movimento pela Base Nacional Comum, grupo plural e suprapartidário formado por 65 pessoas físicas e 11 instituições, para garantir a qualidade e a implementação da BNCC (Fundação Lemann, 2021).¹²

Esse movimento pela Base tem continuado sua atuação na oferta de pacotes para ajudar na implementação do que eles mesmos produziram. Nesse caso, o mercado se intromete diretamente nos assuntos do Estado e, além de lucrar amplamente com isso, utiliza essas fissuras como ferramenta de poder e influência, na tentativa de remodelar a educação pública. Trata-se da face do neoliberalismo que, na prática, implica em um Estado mínimo para as políticas sociais e lucros máximos para o mercado, com um viés de clientelismo. No mesmo sentido, Tarlau e Moeller (2020) argumentam que se tratam de articulações políticas que utilizam o discurso da qualidade da educação para todos e que, além de maximizar lucros, querem fazer da educação pública sua imagem e semelhança.

¹⁰ O ex-presidente do Brasil, Michel Temer, do MDB, foi vice da ex-presidenta Dilma Rousseff, do PT, e assumiu o poder até 2019. Em 2016, Temer, em aliança com partidos como PMDB, e com o apoio do então presidente da Câmara, liderou o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, acusando-a de “pedaladas fiscais” mesmo sem evidências suficientes de crime de responsabilidade. Como tática de golpe organizou-se uma oposição selvagem no Congresso, que provou uma grande crise fiscal no país a fim de destruir a imagem da ex-presidenta. Tanto que recentemente Dilma Rousseff foi inocentada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região do crime do qual foi acusada.

¹¹ A informação foi divulgada na página da Fundação Lemann com o título “Fundação Lemann reforça seu time de consultores”. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/fundacao-lemann-reforca-seu-time-de-consultores>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

¹² Link de acesso: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/bncc-referencia-essencial-para-educadores-durante-pandemia>



Assim, demonstramos como a influência filantrópica corporativa e privada na educação pública não é simplesmente um esquema neoliberal para maximizar lucros; em vez disso, é uma tentativa de líderes corporativos e fundações privadas de angariar poder e influência em diferentes escalas e refazer a educação pública à sua imagem e semelhança (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 555).

Considerando essa problemática, é possível observar que existem outros sujeitos que atuam na sedimentação do “modelo empresarial na educação”, com belos discursos de qualidade que mascaram suas reais intenções de transformar a educação em mercadoria, fonte de grande lucro (Quadro 1 enumera alguns dos principais exemplos).

Quadro 1 - Parceiros e atuação nas políticas educacionais¹³

Parceiro	Descrição de atuação
Reúna	“O instituto Reúna foi constituído em 2018 para apoiar a Base Nacional Comum Curricular e o cumprimento da meta 7 do Plano Nacional da Educação: mais qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica. Para atingir esse objetivo, desenvolve ferramentas e conteúdos técnicos- pedagógicos, baseado em experiências nacionais e internacionais, que podem ajudar escolas e educadores nesse processo. Seus esforços estão focados em quatro frentes: formação material didático, currículo e avaliação. Todos os conteúdos já são alinhados com a BNCC”
Movimento Pela Base	“A Fundação Lemann é secretária-executiva do Movimento pela Base Nacional Comum, grupo plural e suprapartidário formado por 65 pessoas físicas e 11 instituições, para garantir a qualidade e a implementação da BNCC”
Educação Já e Todos pela Educação	“A iniciativa Educação Já, liderada pelo Todos pela Educação, reúne especialistas e organizações com foco na elaboração de propostas para impulsionar a qualidade da Educação Básica no país”
Itaú social	“Atuam em duas frentes: formação de profissionais da educação e fortalecimento da sociedade civil. O programa de melhoria da educação propõe formação continuada às equipes que atuam na gestão pedagógica e administrativas das secretarias de educação. A abrangência é municipal e regional. Em 2019, mais de 350 secretarias municipais participam da formação num total de 4,5 mil participantes”
Instituto Unibanco	“Instituto Unibanco trabalha pela melhoria da educação pública no Brasil, apoiando e desenvolvendo soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino nas escolas públicas. Foi criado em 1982 e é mantido por um fundo patrimonial que lhe permite a oferta gratuita de produtos e serviços para secretarias de educação, escolas e profissionais da educação e estudantes que participam de seus projetos”

Fonte: Fundação Lemann, 2024. Elaboração própria.

¹³ Todas as informações do quadro foram retiradas do site oficial da Fundação Lemann sobre suas organizações associadas e apoiadas.



Suas atuações são profundas e como podemos observar nas descrições do quadro anterior estão presente nas instituições do Estado e conseqüentemente dentro das escolas, ditando suas organização e forma de aprender e ensinar. Muito embora, também esteja repleto de fissuras que tornam possível resistências.

Assim, como afirma Foucault (1996), o discurso nega sua contingência ao mascarar suas intenções, e cria mecanismos de validação e legitimação - que estão relacionados com a produção de conhecimento - de verdades ou melhor dizendo, vontades de verdade. Mas onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 2010). O discurso atua como instrumento de controle e exclusão ao determinar o que pode ser ou não aceito como verdade e assim, potencialmente, minimizar as resistências, mas não pode extingui-las porque são as recusas que podem potencializar as mudanças, em longo prazo. Nesse sentido, é possível considerar o discurso no campo da política, que expressa o poder por meio das palavras e, assim, legitima seu objeto de desejo.

A partir dessa perspectiva, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com a qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearmos" (*idem*, p. 10), ou seja, é o discurso que constrói e viabiliza as estruturas de poder na sociedade ao longo da história, ao estar essencial arraigado às instituições que produzem os saberes normativos que se personificam no direito regulado ou tradicional. E tudo que não se adequa ao discurso dominante é apagado ou descredibilizado (FOUCAULT, 2014). Regras explícitas e implícitas regem os comportamentos e escondem a materialidade das relações de poder, sob o manto da institucionalidade que deve ser tomada como um dado inquestionável. Delimitam o que é possível dizer, a maneira como se deve falar, quem está autorizado a se pronunciar.

Desse modo, a Fundação Lemann faz parte dessa trama do discurso neoliberal que produz saber, em contexto de relações de poder. Com o uso do princípio de qualidade estabelece a gestão empresarial na educação pública, na mesma medida em que torna a educação uma fonte de lucro ao adquirir recursos públicos.

4 O DISCURSO DA FUNDAÇÃO LEMANN E AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

Ainda dentro do campo do discurso e com influência foucaultiana, Stephen Ball (2015) propõe que as políticas educacionais podem ser definidas como discurso e como



texto. O primeiro está atrelado a percepção de como as políticas são elaboradas como representação de um conhecimento especializado e legitimado por estruturas de poder. O segundo se refere a atos de fala, documentos, ações em eventos que estão na ordem do discurso.

Isso significa dizer que a análise não deve apenas se deter numa análise do conteúdo desses textos, mas deve se voltar para a compreensão do processo - a pergunta é como aqueles argumentos são formados e se tornam possíveis (BALL, 2015). Seguindo essa mesma perspectiva, existe uma margem para a agência criativa de profissionais que atuam nas políticas, notadamente gestores e docentes. E os textos (das políticas) podem ser mais prescritivos ou mais abertos a novas interpretações. Nesse ponto, o autor faz um paralelo com a percepção de Foucault sobre as dispersões que supõe que onde há poder há resistência (FOUCAULT, 2010). Além disso, Ball (2015) trata das tensões produtivas entre o sujeito que fala e o discurso; entre agência e subjetivação para pensar as políticas educacionais enquanto conceito, seus desdobramentos para as pesquisas e o seu efeito sobre o que fazemos.

Com base nesses pressupostos o nosso esforço de análise foi identificar no textos publicados nas notícias do site da Fundação Lemann, o que não está dito explicitamente, ou seja, quais discursos estão sendo mascarados e qual a sua influência na construção das práticas e subjetividades educacionais estão sendo proposta.

Quadro 2- Notícias do site da Fundação Lemann

Eixos	Notícias
Políticas educacionais	BNCC Link: Fundação Lemann - Rede de Líderes (fundacaolemann.org.br)
Em pauta	O que esperar da Educação em 2022? 3 fevereiro 2022 00h00 Link: O que esperar da Educação em 2022? - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Eventos marcam lançamento do Centro Lemann em Sobral (CE) 8 dezembro 2021 Link: Eventos marcam lançamento do Centro Lemann em Sobral (CE) - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Encontro Anual Fundação Lemann discute o Brasil que queremos 7 dezembro 2021 Link: Encontro Anual Fundação Lemann discute o Brasil que queremos - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Avaliações alinhadas à BNCC para a melhoria na educação 19 novembro 2021 Link: Avaliações alinhadas à BNCC para a melhoria na educação - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Importância do sistema de avaliação nacional do Brasil 15 julho



Eixos	Notícias
	2021 Link: Importância do sistema de avaliação nacional do Brasil - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Programa desenvolve gestores educacionais para impactar as redes de ensino 26 janeiro 2022 Link: Programa desenvolve gestores educacionais para impactar as redes de ensino - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Conheça as três habilidades para os professores do futuro 26 outubro 2021 Link: Conheça as três habilidades para os professores do futuro - Notícia - Fundação Lemann (fundacaolemann.org.br)
	Professores premiados no Educador Nota 10 contam suas metodologias 4 março 2022 Link: https://fundacaolemann.org.br/noticias/professores-premiados-no-educador-nota-10-contam-suas-metodologia

Fonte: Fundação Lemann, 2022. Elaboração própria.

Nas notícias analisadas é possível observar que a Fundação busca construir a imagem de uma forte organização que fornece um alto padrão de “qualidade”, citando sempre em seus textos instituições e organizações de referências internacionais como a OCDE, universidades americanas e europeias. Como é possível observar no trecho a seguir: *“Produzimos insumos técnicos e orientações para orientar gestores públicos e ainda atuamos com instituições de pesquisa de ponta no Brasil e no exterior para avaliar a implementação da BNCC e propor recomendações.”* (FUNDAÇÃO LEMANN, BNCC, 2022).

A colonialidade do saber está posta ao se remeter ao organismo internacional como um referência de conhecimento superior que, naturalmente, é uma forma de dar legitimidade ao argumento. Além disso, a Fundação se utiliza de dados, mas não explicita de forma transparente as suas metodologias de pesquisa. Assim, o uso do discurso científico para legitimar a apresentação das informações e criar a vontade de verdade: *“88% afirmam que a BNCC ajuda a planejar aulas mais engajadoras”; “89% acreditam que o documento ajuda a diagnosticar a aprendizagem dos alunos”* (FUNDAÇÃO LEMANN, BNCC, 2022).

A mesma postura também se coloca como símbolo de excelência e como representação de ponto de referência para ser seguida: *“Idealizado pela Fundação Lemann, esse é o primeiro centro de excelência no país com foco na redução de desigualdades educacionais.”* (Eventos marcam lançamento do Centro Lemann em Sobral (CE), 2021; Encontro Anual Fundação Lemann discute o Brasil que queremos, 2021). Em seus textos é possível notar um vocabulário mercadológico e administrativo, como



monitoramento, gestão, liderança, visão sistêmica, competência, meta, entre outros. Que sustenta o seu discurso de garantia de desenvolvimento e qualidade. Por outro lado, também a defesa da redução das desigualdades educacionais.

Além disso, é recorrente a defesa do desenvolvimento tecnológico, atrelada a uma formação continuada dos professores, sobretudo pós pandemia: “*Educação híbrida veio para ficar*”; “*Reconstruindo futuros: inovação e tecnologia para solução de desafios*” (O que esperar da Educação em 2022?, 2022). Esse discurso desconsidera as múltiplas realidades das escolas de educação básica e as situações que se agravaram após a COVID-19, reduzindo as práticas educacionais a uma única problemática e colocando sobre o professor a responsabilidade dos resultados (OLIVEIRA, 2018). Esse discurso apaga a historicidade do sistema, as relações de poder, as desigualdades e atribui aos indivíduos a responsabilidade dos erros e acertos. A ontologia do individualismo que predomina como lógica do discurso neoliberalismo.

E ainda, a partir da concepção de competição, como parte da ontologia e dos sistemas de incentivos e recompensas de Davis e Moore (1979) e da teoria do capital humano, o argumento consiste na responsabilidade dos indivíduos buscarem seu aperfeiçoamento para transformar sua realidade. Assim, como é de responsabilidade do professor ensinar melhor e ao estudante se dedicar mais para ter um retorno social e econômico, sem referências ao direito ou a políticas. “*Não vamos resolver esses problemas da sociedade, mas vamos instrumentalizar nossos alunos para superá-los*” (Conheça as três habilidades para os professores do futuro, 2021).

Cabe destacar que os textos da Fundação Lemann, sempre fazem parecer que são os professores que estão propondo os caminhos e legitimando sua atuação por meio de padrões de avaliação. Dessa forma, atuam mascarando a realidade impositiva e padronizada das avaliações. Seus métodos buscam controlar o modelo de organização da educação e seus argumentos interpelam os sujeitos com um argumento de convencimento criando uma realidade aparentemente bela e plausível, para assim legitimar sua atuação e garantir seus interesses.

Com esses mecanismos de atuação, a Fundação Lemann segue ampliando a sua presença em secretarias de educação e escolas por todo o Brasil. Como exemplos, são citados na página virtual, Ceará, Piauí, Pernambuco e São Paulo, dentre os estados que fazem parte dos processos formativos que tem por objetivo a preparação para as avaliações padronizadas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos teóricos e analíticos do presente trabalho tem como objetivo central considerar a construção do discurso que fomenta os processos de privatização da educação. Nesse cenário, a Fundação Lemann representa um caso típico de instituição que promove o ideário de privatização exógena e endógena (BALL y YOUDELL, 2008), no contexto da governamentalidade neoliberal. De um lado, fomenta o discurso de transformação da educação em mercadoria. Por outro lado, trata de produzir subjetividades que interpelam os sujeitos a partir do convencimento, ou seja, que sejam dóceis ao sistema.

A relação contraditória entre Estado e Mercado é um aspecto latente desde a criação da escola pública, uma vez que apesar da escola ter sido criada como *Direito*, na Revolução Francesa, carregava em seu cerne o intuito de propiciar a reprodução e harmonia social (DURKHEIM, 2013). Assim, a educação teria o papel de assegurar uma comunidade de ideias e sentimentos - em cada sociedade. No entanto, na concepção republicana é dever do Estado ofertar esse “serviço”, diferente da empreitada neoliberal que se retroalimenta de um ideário privatista e de insuficiência do Estado em atender as demandas sociais.

E, desde a década de 1990, a Nova Gestão Pública da educação provocou uma série de transformações na direção das políticas educacionais, que envolve o acirramento das divergências entre Estado e Mercado. Nesse momento, os agentes neoliberais naturalizam a prestação de serviços por parte do setor privado na educação pública. Além disso, provocou mudanças na gestão e no currículo, com grande influência transnacionais de organizações econômicas, como a OCDE e o Banco Mundial.

Enquanto discurso, há uma produção de conhecimento que acompanha essas mudanças, que estão presentes na teoria do capital humano e no neofuncionalismo. Ambas abordagens individualistas, afetando diretamente a formação subjetiva dos indivíduos, tendo em vista que o principal discurso é da performance.

Assim, como apontam Davis e Moore (1979), o sistema de *incentivos e recompensas* faz com que se busque aumentar o seu potencial para obter retorno. Para tanto, a Fundação Lemann atua na formação de intelectuais e na oferta de formação de professores, buscando legitimidade no discurso das instituições transnacionais. Diante disso, com o seu discurso encantador em “defesa” da educação, a instituição tem atuado de forma significativa tanto em governos considerados conservadores, quanto em progressistas com o objetivo de aumentar sua rede de influências e para que ela seja uma expressão do seu discurso, mas



também para ampliar seus lucros. Como afirma Ball em entrevista a Rosa (2013), trata-se da transformação da educação em uma mercadoria que pode ser vendida e comprada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamentos de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALVES, Danilo. **Da economia política à educação: análise do projeto da Fundação Lemann**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

ANDRADE, Daniel; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

ANDRADE, Daniel. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, Jan./Abr. 2019.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n 2, p. 99-116, jul/dez 2001.

BALL, S. J. What is policy? 21 years later: reflections on the possibilities of policy research, **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, 2015.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **La privatización encubierta en la educación pública**. Instituto de Educación, Universidad de Londres. Bruselas, 2008.

CAILLÉ, Alain. **ANTROPOLOGIA DO DOM: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002. 312 p.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. **Campinas: Papyrus**, 1988. pp. 19-62.

CROSO, Camila e MAGALHÃES, Giovanna. Privatização da educação na América Latina e no caribe: tendências e Riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n 37, nº. 134, p.17-33, jan-mar. 2016.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In. VELHO, O. G.; PALMEIRA, MGS; BERTELLI, A. R (Orgs). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DIJK, Teun. Discurso e produção de conhecimento (JÚNIOR, Orison. trad.). In: Brait, Beth e SOUSA-E-SILVA, Maria. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.



DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos.**, 2021. Disponível em: [Fundação Lemann - A Fundação \(fundacaolemann.org.br\)](http://FundaçãoLemann.org.br). Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: Manual do usuário. In: SILVA, T.T.da; GENTILI, P. (org.). Escola S. A.: **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília DF, 1996.

GENTILI, Pablo. (2009). O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, 30(109), 1059-1079. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>. Acesso em

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora Civilização brasileira s.a. Rua Muniz Barreto, 91-93 — Botafogo Rio de Janeiro — RJ, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n.5, out./dez, 69-91, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Revista da FAEEDBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018.

OLIVEIRA, Cristina. **O Programa Formar/Curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2021.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. São Paulo: Vozes, v. 1, 2010.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, p. 230-273, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.



RODRIGUES, Cibele Maria Lima. O Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios do nordeste: pretextos, proposições e o contexto da prática pedagógica e currículo. **Espaço do Currículo**, v.6, n.2, p.292-306, Maio a Agosto de 2013.

RODRIGUES, Cibele M. L., ALMEIDA, Karla. W. C. DE, & SIMÕES, Patrícia M. U. . Disputes around assessments in early childhood education in Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, 30, (134), 2022. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6456>

ROSA, Sanny S. DA .. Entrevista com Stephen J. Ball - Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 457–466, abr. 2013.

VERGER, Antoni. MOSHETTI, Mauro e FONTDEVILA, Clara. **La privatización educativa en América Latina: una Cartografía de políticas, tendencias y trayectorias**. Universitat Autònoma Barcelona, Educación International, 2017.

